

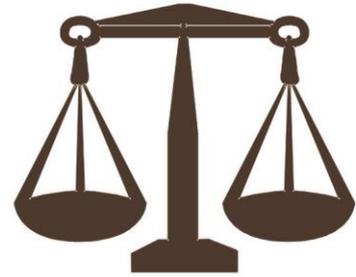
ORGANIZADORA:

Renata Egert

# ANAIS

# XII

## SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA



ANAIS DE RESUMOS DO  
XII SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA  
JURÍDICA

ANAIS



UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO  
ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES

REITOR

**Arnaldo Nogaro**

PRÓ-REITOR DE ENSINO

**Edite Maria Sudbrack**

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-  
GRADUAÇÃO

**Neusa Maria John Scheid**

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

**Nestor Henrique de Cesaro**

CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN

Diretora Geral

**Silvia Regina Canan**

Diretora Acadêmica

**Elisabete Cerutti**

Diretor Administrativo

**Clóvis Quadros Hempel**

CÂMPUS DE ERECHIM

Diretor Geral

**Paulo José Sponchiado**

Diretor Acadêmico

**Adilson Luis Stankiewicz**

Diretor Administrativo

**Paulo José Sponchiado**

CÂMPUS DE SANTO ÂNGELO

Diretor Geral

**Gilberto Pacheco**

Diretor Acadêmico

**Marcelo Paulo Stracke**

Diretora Administrativa

**Berenice Beatriz Rossner Wbatuba**

CÂMPUS DE SANTIAGO

Diretor Geral

**Michele Noal Beltrão**

Diretor Acadêmico

**Claiton Ruviano**

Diretora Administrativa

**Rita de Cássia Finamor Nicola**

CÂMPUS DE SÃO LUIZ GONZAGA

Diretora Geral

**Dinara Bortoli Tomasi**

Diretora Acadêmica

**Renata Barth Machado**

CÂMPUS DE CERRO LARGO

Diretor Geral

**Luiz Valentim Zorzo**



ANAIS DE RESUMOS DO SEMINÁRIO DE  
MONOGRAFIA JURÍDICA  
26 DE JULHO DE 2021.

FREDERICO WESTPHALEN - RS

Organização do Evento

**Renata Egert**

Comissão de avaliação

**Alejandro César Rayo Werlang**

**Aline Ferrari Caeran**

**André Rodrigues**

**César Luís Pinheiro**

**Cesar Riboli**

**Daniel Fensterseifer**

**Gustavo Buzatto**

**Jan Carlos Novakowski**

**Maurício Zandoná**

**Pablo Henrique Caovilla Kuhnen**

**Patricia Luzia Stieven**

**Renata Egert**

**Sérgio Manoel Vieira**

**Silvana Colombo**

**Tarcisio Vendruscolo**

Organização dos Anais

**Renata Egert**

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS  
MISSÕES  
CÂMPUS FREDERICO WESTPHALEN  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE DIREITO

ANAIS DE RESUMOS DO  
XII SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA  
JURÍDICA

ANAIS

Organizadora  
Renata Egert



Frederico Westphalen  
2021



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

**Organização:** Renata Egert  
**Revisão Linguística:** Adriane Ester Hoffmann  
**Revisão Metodológica:** Elisângela Bertolotti  
**Diagramação:** Elisângela Bertolotti  
**Capa/Arte:** Silvana Kliszcz

O conteúdo de cada resumo bem como sua redação formal são de responsabilidade exclusiva dos (as) autores (as).

Catlogação na Fonte elaborada pela  
Biblioteca Central URI/FW

A532 Anais de resumos do XII Seminário de Monografia Jurídica [recurso eletrônico]  
/ organização Renata Egert. – Frederico Westphalen, RS : URI Westph, 2021.  
1 recurso online. 45p.

ISBN: 978-65-89066-16-3

1.Direito 2. Crimes virtuais 3. Paternidade 4. Direito penal 5. Direito empresarial  
5. Estado 6. Direito penal 7. Direito de constitucionalidade I. Seminário de Monografia  
Jurídica II.JuEgert, Renata

C.D.U.: 34(063)

Catlogação na fonte: bibliotecária Sandra Milbrath CRB 10/1278



URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prédio 9  
Câmpus Frederico Westphalen  
Rua Assis Brasil, 709 - CEP 98400-000  
Tel.: 55 3744 9223 - Fax: 55 3744-9265  
E-mail: editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DOS ANAIS DE RESUMOS DO SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA .....	10
INCIDENTE DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E LIMITES DA AUTONOMIA PATRIMONIAL .....	11
<i>Acadêmico (a): Alexandre Degrandi Piovesan; Orientador (a): Prof. Pablo Henrique Caovilla Kuhnen</i>	
CRIMES VIRTUAIS: ANÁLISE JURÍDICA QUANTO À PRECARIEDADE LEGISLATIVA EM CRIMES CIBERNÉTICOS.....	12
<i>Acadêmico (a): Álvaro Guterra Manfri; Orientador (a): Prof. Renata Egert</i>	
(IN) CONSTITUCIONALIDADE DA PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA: CRISE DAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS, INFLUÊNCIA POLÍTICA E EFEITO <i>BACKLASH</i> NO PROCESSO DECISÓRIO .....	13
<i>Acadêmico (a): Ana Luiza Strapasson da Costa; Orientador (a): Prof. Dr. Jean Mauro Menuzzi</i>	
DIREITO À SAÚDE E AO ATENDIMENTO ÀS DOENÇAS RARAS.....	14
<i>Acadêmico (a): Ana Victória Pomerening dos Santos; Orientador (a): Prof. César Riboli</i>	
COVID-19 E CONTRATO DE TRABALHO.....	15
<i>Acadêmico (a): Ariel Luiz Busnelo; Orientador (a): Prof. Dr. André Rodrigues</i>	
ALIMENTOS GRAVÍDICOS: NEGATIVA DE PATERNIDADE E RESPONSABILIDADE CIVIL DA GENITORA .....	16
<i>Acadêmico (a): Daniele Pereira Wink; Orientador (a): Prof. Ma. Aline Ferrari Caeran</i>	
ABANDONO AFETIVO NO DIREITO BRASILEIRO .....	17
<i>Acadêmico (a): Eduarda Pinheiro Farias; Orientador (a): Prof. Cesar Luís Pinheiro</i>	
ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL DO SISTEMA PRISIONAL DO BRASIL E DO RIO GRANDE DO SUL.....	18
<i>Acadêmico (a): Eleda da Silva Quadros; Orientador (a): Prof. Dr. Alejandro Cesar Rayo Werlang</i>	
LEGÍTIMA DEFESA ARMADA: ASPECTOS RELEVANTES NA ATUAÇÃO DA LEGÍTIMA DEFESA MEDIANTE USO DE ARMAS DE FOGO.....	19
<i>Acadêmico (a): Franciele Vezaro Paula; Orientador (a): Dr. Mateus da Jornada Fortes</i>	

**PRINCÍPIO DA SOBERANIA DE VEREDITOS NO TRIBUNAL DO JÚRI COMO FENÔMENO QUE PODE PROPORCIONAR JULGAMENTO CONTRÁRIO AOS DEMAIS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....20**

*Acadêmico (a): Gabrel Ternes dos Santos; Orientador (a): Alejandro César Rayo Werlang*

**SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E DILEMA DA REINserÇÃO SOCIAL ... 21**

*Acadêmico (a): Gidião dos Santos Gome; Orientador (a): Renata Egert*

**POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS ATÍPICAS PREVISTAS NO ARTIGO 139, INCISO IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DE ACORDO COM A DOCTRINA E A JURISPRUDÊNCIA, NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA.....22**

*Acadêmico (a): Giovanni Anzolin Boeira; Orientador (a): Prof. Mateus da Jornada Fortes*

**CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL E ALTERNATIVAS AO SEU COMBATE.....23**

*Acadêmico (a): Jaíne Andreatto ca Rosa; Orientador (a): Gustavo Buzatto*

**MEDIAÇÃO COMO MEIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....24**

*Acadêmico (a): Juares Soares Martins; Orientador (a): Prof<sup>a</sup>. Ma. Renata Egert*

**DIGNIDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS SERES NÃO HUMANOS: POSICIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO SOBRE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS COMO SERES SENCIENTES .....25**

*Acadêmico (a): Juliana Käffer Garighan; Orientador (a): Prof. Me. Gustavo Buzatto*

**ABANDONO AFETIVO: AFETO, PATERNIDADE E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA .....26**

*Acadêmico (a): Kelli Vanni Henriques; Orientador (a): Ma. Aline Ferrari Caeran*

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DO STJ .....27**

*Acadêmico (a): Leonardo Lopes Tirloni; Orientador (a): Sergio Manoel Vieira*

**CONTROVÉRSIAS JURISPRUDENCIAIS ACERCA DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – LOAS .....28**

*Acadêmico (a): Lucas Schünemann Trapp; Orientador (a): Prof. André Rodrigues*

<b>PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E SUA (IN) APLICABILIDADE EM CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>29</b>
<i>Acadêmico (a): Lucas Secco; Orientador (a): Prof. Tiago Galli</i>	
<b>ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DA PERMISSÃO LEGAL DA ENTREGA VOLUNTÁRIA DO FILHO À ADOÇÃO .....</b>	<b>30</b>
<i>Acadêmico (a): Marcieli Figueiredo; Orientador (a): Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes</i>	
<b>PAMPRINCIPIOLOGISMO NO CENÁRIO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO .....</b>	<b>31</b>
<i>Acadêmico (a): Maria Emilia Szatkoski Menegatti; Orientador (a): Alejandro César Rayo Werlang</i>	
<b>DEPOIMENTO SEM DANO .....</b>	<b>32</b>
<i>Acadêmico (a): Maria Isabel Ceratti de Freitas; Orientador (a): Daniel Pulcherio Fensteiseifer</i>	
<b>VISÃO DE DENTRO PARA FORA DAS GRADES: ABALO PSICOLÓGICO VIVENCIADO POR APENADOS COM O VIÉS DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL NA REALIDADE CARCERÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO EX-DETENTO....</b>	<b>33</b>
<i>Acadêmico (a): Maria Luiza Säul; Orientador (a): Renata Egert</i>	
<b>ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DA PERMISSÃO LEGAL DA ENTREGA VOLUNTÁRIA DO FILHO À RESPONSABILIDADE SANCIONATÓRIA DOS AGENTES PÚBLICOS POR ATOS PRATICADOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA EM DECORRÊNCIA DE ERRO GROSSEIRO.....</b>	<b>34</b>
<i>Acadêmico (a): Mariana Silva Dos Santos; Orientador (a): Prof. César Luís Pinheiro</i>	
<b>MÍNIMO EXISTENCIAL E RESERVA DO POSSÍVEL: CHOQUE ENTRE DIREITOS DO APENADO E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO ESTADO .....</b>	<b>35</b>
<i>Acadêmico (a): Marlise Nunes de Oliveira; Orientador (a): Prof. Cezar Luís Pinheiro</i>	
<b>DANO EXISTENCIAL NA RELAÇÃO DE EMPREGO .....</b>	<b>36</b>
<i>Acadêmico (a): Matheus André Werner Elsenbach; Orientador (a): Prof. Me. André Rodrigues</i>	
<b>CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DO PERFIL CRIMINAL NA COMARCA DE FREDERICO WESTPHALEN/RS .....</b>	<b>37</b>
<i>Acadêmico (a): Matheus De Cezaro Luza; Orientador (a): Prof. Dr. Daniel Pulcherio Fensterseifer</i>	
<b>ADICIONAL DE 25% PARA APOSENTADOS QUE NECESSITAM DE CUIDADOS PERMANENTES.....</b>	<b>38</b>
<i>Acadêmico (a): Rafael Cristiano Poncio; Orientador (a): Prof. Cesar Riboli</i>	

<b>EFEITOS JURÍDICOS DECORRENTES DA DUPLA PATERNIDADE NO REGISTRO CIVIL .....</b>	<b>39</b>
<i>Acadêmico (a): Roberta do Amaral Longo; Orientador (a): Me. Maurício Zandoná</i>	
<b>REQUISITOS DA ABORDAGEM POLICIAL FRENTE À NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE.....</b>	<b>40</b>
<i>Acadêmico (a): Samuel Rigo; Orientador (a): Prof. Dr. Jean Mauro Menuzzi</i>	
<b>JUSTIÇA CONSENSUAL NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO FRENTE À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .....</b>	<b>41</b>
<i>Acadêmico (a): Thainá Dóro da Silva; Orientador (a): Alejandro Cesar Rayo Werlang</i>	
<b>PUBLICAÇÃO E PROPAGAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS: FAKE NEWS E SEU IMPACTO EM ÉPOCA DE PANDEMIA .....</b>	<b>42</b>
<i>Acadêmico (a): Thalita Moro; Orientador (a): Renata Egert</i>	
<b>INDEPENDÊNCIA E HARMONIA ENTRE OS PODERES: SISTEMA DE <i>CHECKS AND BALANCES</i> E ATIVISMO JUDICIAL .....</b>	<b>43</b>
<i>Acadêmico (a): Vitor Alessio Manfio; Orientador (a): Gustavo Buzatto</i>	
<b>JUSTIÇA TERAPÊUTICA E NOVA POLÍTICA DE DROGAS NO BRASIL .....</b>	<b>44</b>
<i>Acadêmico (a): William de Paula de Souza; Orientador (a): Daniel Pulcherio Fensteiseifer</i>	

## APRESENTAÇÃO DOS ANAIS DE RESUMOS DO SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA

Esta publicação apresenta os resumos aprovados e apresentados no Seminário de Monografia Jurídica: Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A edição dos Anais leva ao leitor (a), a disseminação de saberes que orbitam em torno da contemporaneidade e da interdisciplinaridade, focando os subeixos: Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea; e Perspectivas Inovadoras de um Direito Criminal Contemporâneo, nos trabalhos de conclusão do Curso de Direito no primeiro semestre de 2021.

A pesquisa visa à produção de conhecimento novo, teórico e com relevância social. Com a evolução do pensamento epistemológico, a pesquisa, como “busca da verdade”, foi substituída pela pesquisa como tentativa de aumentar o poder explicativo das teorias. Assim, o pesquisador passa a ser um intérprete da realidade pesquisada, capaz de demonstrar fidedignidade e relevância teórico-social do conhecimento produzido. A pesquisa, função básica da universidade, objetiva promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como criação e difusão da cultura, em perfeito entrosamento com ensino e extensão. A pesquisa, realizada através de trabalho monográfico, compreende a produção de texto relacionada com o conteúdo jurídico, utilizando-se das metodologias científica e da pesquisa para produção de uma monografia. Tal estudo proporciona momentos de revisão, aprofundamento, sistematização e integração de conteúdos, com a finalidade de levar o formando do Curso de Direito a definir e aprimorar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso. Ainda, oportuniza um espaço para que o bacharelando possa produzir um relato técnico-científico decorrente de estudos e/ou pesquisas realizadas durante o curso. Para esse estudo utiliza bibliografia especializada, propicia observações e análises de temas contemplados pela prática e pela teoria jurídica, que contribuam para direcionar o acadêmico à pesquisa científica, bem como a traçar um perfil do futuro profissional. Isso se materializa através desta publicação, que apresenta os resumos de tais trabalhos realizados para conclusão do Curso de Direito.

Renata Egert

# INCIDENTE DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E LIMITES DA AUTONOMIA PATRIMONIAL

*Acadêmico (a): Alexandre Degrandi Piovesan*

*Orientador (a): Prof. Pablo Henrique Caovilla Kuhnen*

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema é os limites da autonomia patrimonial frente à desconsideração da personalidade jurídica, tema de muita relevância perante o universo jurídico, sendo reconhecido como meio de garantia quanto ao cumprimento das obrigações e fundamental para a efetivação da justiça. Para tanto, o presente trabalho tem como objetivo inicial análise das espécies empresariais e suas formas de responsabilização. Além disso, serão abordados o surgimento e os fundamentos da pessoa jurídica, para então ser realizado levantamento histórico sobre o assunto objeto desse estudo, seu surgimento junto ao ordenamento jurídico brasileiro, bem como seus aspectos materiais e processuais, juntamente com suas teorias e regramentos. Soma-se a isso a jurisprudência produzida pelos tribunais consoante ao arcabouço jurídico produzido pela doutrina. Tem como problemática a seguinte questão norteadora: no incidente da desconsideração da personalidade jurídica, até onde se estende a autonomia patrimonial da pessoa jurídica? Nesse sentido, será utilizado o método dedutivo de abordagem, pelo procedimento monográfico e através de pesquisa indireta. E, como resultado, chega-se à conclusão não exauriente de que a desconsideração da personalidade jurídica é um mecanismo eficaz a garantir o cumprimento de obrigações. Conclui-se, também, que a personalidade jurídica não é absoluta e poderá ser desconsiderada nas hipóteses legalmente previstas e regulamentadas junto ao ordenamento jurídico brasileiro.

**Palavras-chave:** Direito empresarial. Desconsideração da personalidade jurídica. Intervenção de terceiros.

# CRIMES VIRTUAIS: ANÁLISE JURÍDICA QUANTO À PRECARIEDADE LEGISLATIVA EM CRIMES CIBERNÉTICOS

*Acadêmico (a): Álvaro Guterra Manfri*

*Orientador (a): Prof. Renata Egert*

Este trabalho monográfico tem por objetivo avaliar as contribuições do marco civil da internet para a regulação e punição de crimes virtuais. Pretende-se, ainda, abordar conceitualmente a expressão “crimes digitais”, analisando, em sua esfera, ciberterrorismo, marco civil brasileiro sobre a internet, tipos de crimes virtuais existentes (puros, impuros, próprios, crimes de dano e puros, impróprios, impróprios com previsão legal). Ainda, analisar crimes cometidos contra o patrimônio no âmbito de crimes virtuais; abordar aspectos gerais sobre tempo e lugar do crime (territorialidade); pesquisar sobre prova no processo penal, destacando sua relevância para o julgamento de crimes virtuais. A questão central do estudo é: o marco civil da internet, no Brasil, contribuiu para regulação e punição de crimes virtuais? O tipo de pesquisa utilizado, quanto aos procedimentos técnicos, é o bibliográfico, com abordagem qualitativa do problema. Quanto aos fins, a pesquisa é do tipo exploratório. Também, foram feitas pesquisas jurisprudenciais sobre a temática nos tribunais pátrios.

**Palavras-chave:** Crimes Virtuais. Territorialidade e Extraterritorialidade. Marco Civil da Internet

(IN) CONSTITUCIONALIDADE DA PRISÃO EM SEGUNDA  
INSTÂNCIA: CRISE DAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS,  
INFLUÊNCIA POLÍTICA E EFEITO *BACKLASH* NO PROCESSO  
DECISÓRIO

*Acadêmico (a): Ana Luiza Strapasson da Costa*

*Orientador (a): Prof. Dr. Jean Mauro Menuzzi*

Os julgamentos, que versaram sobre a (in) constitucionalidade da prisão em segunda instância, resultaram em grande impacto no cenário político e judicial brasileiro, atingindo políticos influentes, prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que jogou os holofotes sobre o Supremo Tribunal Federal e o referido processo decisório, demonstrando ranhuras existentes nas democracias contemporâneas. É necessário regressar às origens do direito constitucional e da discussão que versava sobre o papel exercido pelo Guardião da Constituição, em que Hans Kelsen e Carl Schmitt divergiam opiniões. Tal divergência, na atualidade, levanta questionamentos sobre possível “governo” exercido pelo Supremo Tribunal Federal no Brasil pós-democrático. Conhecidos como as “onze ilhas”, os Ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram, de forma monocrática, o que causou rupturas no ideal das decisões colegiadas, preconizadas no ordenamento jurídico brasileiro, com a promulgação da Constituição de 1988. A influência sofrida pela Suprema Corte repercutiu em vários setores da sociedade. Logo, a opinião pública e política encontrou alicerces na cobertura midiática proporcionalizada pelas transmissões dos julgamentos na TV Justiça e pela Operação LavaJato, fazendo com que a decisão sofresse o chamado efeito *backlash* entre decisão liminar e decisão de mérito. Revelando divergências ideológicas, vários foram os argumentos de grupos contrários e favoráveis à execução da pena antes do trânsito em julgado da decisão penal condenatória, sendo o principal deles a interpretação do Princípio da Presunção da Inocência consagrado como *clausula pétrea* na Constituição de 1988. Nesse sentido, utilizou-se metodologia dedutiva, através de pesquisa bibliográfica, que demonstraram instabilidade entre os Poderes, resultado de uma necessidade de respostas imediatas para a impunidade, especialmente em crimes políticos, que resultou em uma grave afronta aos princípios conquistados no processo de redemocratização brasileiro, incluindo mecanismos de defesa de tutela e proteção do indivíduo, conhecidos como direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988.

**Palavras-chave:** Prisão em Segunda Instância. Princípio da Presunção da Inocência. Supremo Tribunal Federal. Julgamentos. Ação Direta de Constitucionalidade.

## DIREITO À SAÚDE E AO ATENDIMENTO ÀS DOENÇAS RARAS

*Acadêmico (a): Ana Victória Pomerening dos Santos*

*Orientador (a): Prof. César Riboli*

Na sociedade brasileira estima-se que 2% a 3% dos nascidos com vida possuem alguma anomalia congênita, que pode estar relacionada a problema genético ou pode ser introduzida pelo uso de substâncias nocivas durante a gestação. Também, tal anomalia congênita pode estar relacionada à insuficiência de líquido amniótico. Esse problema ocupa o segundo lugar nas causas de mortalidade infantil, pois é responsável por mais de 1/3 das internações pediátricas. Pressupõe cerca de 60.000 novos casos por ano. As doenças de manifestação tardia o percentual fica em torno de 5%. Anomalias congênitas, embora a alteração genética esteja presente no nascimento, só irão se manifestar mais tarde na vida, muitas vezes quando já adulto. Além disso, podem ser detectáveis ao nascimento, pode ser incluída toda anomalia estrutural ou funcional do desenvolvimento do feto, o que inclui doenças neurodegenerativas, bem como qualquer doença genética. A saúde deve ser assegurada e garantida pelo Poder Público por ser um Direito de toda a população e um dever do Estado. Um dos principais componentes da vida é a saúde, seja como pressuposto de existência, seja como qualidade de vida. A saúde está conectada com o direito à vida. Nesse sentido, muitos doutrinadores afirmam que a saúde é um direito de primeira geração, direito individual, fundamental, nascido e garantido mesmo contra a vontade estatal. O Direito à vida está associado diretamente ao Direito à saúde, assim como a Justiça com o Direito, é direito do cidadão e dever do Estado.

**Palavras chaves:** Saúde. Doenças raras. Direitos. Deveres. Estado. Política. Sistema único.

## COVID-19 E CONTRATO DE TRABALHO

*Acadêmico (a): Ariel Luiz Busnelo*

*Orientador (a): Prof. Dr. André Rodrigues*

Este estudo tem por objetivo analisar os reflexos da pandemia da COVID-19 em contratos de trabalho. Assim, busca-se discutir acerca da proteção social, conferida aos trabalhadores, em virtude da pandemia do novo coronavírus, com ênfase nas Medidas Provisórias nº 927 e nº 936, ambas de 2020. A pesquisa classifica-se como hipotético-dedutiva, descritiva e bibliográfica. Assim, analisam-se aspectos históricos e evolutivos do Direito do Trabalho, destacando princípios norteadores e recentes mudanças implementadas pela Reforma Trabalhista. Em seguida, averiguam-se hipóteses de alteração, interrupção e suspensão de contrato de trabalho, considerando disposições insertas na Consolidação das Leis do Trabalho. Ao final, verificam-se os reflexos da pandemia da COVID-19 em contratos de trabalho, destacando, inicialmente, aspectos gerais da pandemia, como o mercado de trabalho vinha portando-se nos últimos anos e como o novo coronavírus contribui para agravar o cenário de informalidade e tendência flexibilizatória. Por fim, as principais medidas adotadas pelo Poder Público, mormente às Medidas Provisórias nº 927 e nº 936. Constatou-se que embora as Medidas Provisórias não mais produzam efeitos, institutos consagrados na de nº 936 ainda prevalecem, a exemplo da redução do salário em decorrência da redução da jornada de trabalho, evidenciando malefícios para o trabalhador, na medida em que mitiga direitos consagrados constitucionalmente. Contudo, em tempos de crise sanitária e econômica, medidas excepcionais se justificam, na tentativa de conciliar interesses, pois o bem maior a ser preservado, nesse momento, é a vida.

**Palavras-chaves:** COVID-19. Contrato de Trabalho. Alterações. Medidas Provisórias.

# ALIMENTOS GRAVÍDICOS: NEGATIVA DE PATERNIDADE E RESPONSABILIDADE CIVIL DA GENITORA

*Acadêmico (a): Daniele Pereira Wink*

*Orientador (a): Prof. Ma. Aline Ferrari Caeran*

O presente trabalho está enquadrado na linha de pesquisa: Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. Sua delimitação do tema são alimentos gravídicos e responsabilidade civil da genitora, diante do suposto pai pela negativa de paternidade. Busca-se analisar se há possibilidade de responsabilidade civil, a título de danos materiais e morais, em face da genitora, no caso de negativa de paternidade em relação ao suposto pai, sobre a égide da Lei nº 11.804, de 05 de novembro de 2008, motivo pelo qual se reputa a necessidade de estudar questões que envolvam o referido tema. O presente trabalho possui como objetivo estudar acerca de aspectos históricos, conceituais e processuais dos alimentos; estudar a obrigação alimentar, analisando a Lei nº 11.804, de 05 de novembro de 2008, seus pressupostos teóricos, bem como teorias relativas ao nascituro e ao direito da personalidade; e demonstrar pressupostos da teoria geral da responsabilidade civil, discorrendo sobre a possibilidade de responsabilização civil subjetiva da genitora nos casos de negativa de paternidade. Possui como problemática a seguinte questão: “É possível responsabilizar civilmente a genitora, a título de danos morais e materiais, na hipótese de pagamento de alimentos gravídicos pelo pai, se posteriormente, ao nascimento da criança, existir prova demonstrando a negativa de paternidade?”. Dessa forma, utilizou-se a metodologia do método dedutivo de abordagem, desenvolvida pelo método monográfico. Identificou-se como resultado que diante da negativa de paternidade, ficando evidenciada a má-fé da genitora, o homem não ficará desamparado pela falta de previsão legal sobre a responsabilidade civil, sendo que poderá utilizar-se da responsabilidade civil subjetiva, conforme a aplicação do artigo 186, do Código Civil Brasileiro. Pode solicitar, assim, indenização por danos morais, sofridos diante da negativa de paternidade, que a ele foi imputada, sendo que também poderá pleitear danos materiais, em face àquele que deveria ter pleiteado os alimentos, mas não o fez, conforme artigo 927, do Código Civil Brasileiro.

**Palavras-chaves:** Genitora. Nascituro. Alimentos Gravídicos. Obrigação alimentar. Negativa de paternidade.

## ABANDONO AFETIVO NO DIREITO BRASILEIRO

*Acadêmico (a): Eduarda Pinheiro Farias*

*Orientador (a): Prof. Cesar Luís Pinheiro*

O presente trabalho está na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema é abandono afetivo dos genitores em razão dos filhos, efeitos que tal abandono traz, direitos expostos e posicionamentos dos supremos. O presente trabalho tem como objetivo mostrar os reais efeitos que o abandono traz para as crianças, porque não tem justificativa simplesmente abandonar seus filhos, seja por causa de separação ou qualquer motivo que seja. Tem como problemática, a seguinte questão norteadora: Qual a situação do abandono afetivo em razão da legislação brasileira? Quais as possibilidades de indenização por esse abandono? Utilizou-se a metodologia baseada no método dedutivo de abordagem, desenvolvida pelo método monográfico. Um assunto cada vez mais comentado, sendo um assunto pacífico nas doutrinas, não se obriga os pais a dar amor e carinho, mas seria o mínimo a fazer por seus filhos.

**Palavras-chave:** Abandono afetivo. Efeitos. Filhos. Legislação Brasileira.

# ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL DO SISTEMA PRISIONAL DO BRASIL E DO RIO GRANDE DO SUL

*Acadêmico (a): Eleda da Silva Quadros*

*Orientador (a): Prof. Dr. Alejandro Cesar Rayo Werlang*

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema é o estado de coisas inconstitucional do sistema prisional do Brasil e do Rio Grande do Sul, uma vez que por anos esse país e seus estados vivem um estado de coisas inconstitucional. São esquecidos os direitos dos encarcerados, que estão jogados e “depositados” em celas imundas e insalubres sem dignidade e perspectivas de futuro. Nota-se, assim, a extrema importância de estudar e conhecer as reais consequências dessa péssima situação na vida cotidiana dessas pessoas. No decorrer do presente trabalho, buscou-se fazer análise do sistema prisional brasileiro e gaúcho, primando pelo entendimento de como se dá a execução penal no Brasil, em especial direitos e deveres dos presos. Analisam-se, também, penas privativas de liberdade e suas finalidades de acordo com a legislação brasileira. O presente trabalho tem como problemática, a seguinte questão norteadora: “A precariedade das casas prisionais brasileiras e gaúchas, que não se prestam a ressocializar ou prevenir o crime, bem como não fornecem mínimo de dignidade aos detentos, de modo a violar diversos direitos previstos na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal, faz com que hoje se tenha um estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário? ”. Assim, buscou-se utilizar uma sistemática baseada no método indutivo de abordagem, desenvolvida pelo método monográfico. Traz-se como resultado, o diagnóstico do estágio em que se encontram as casas prisionais do Brasil e suas superlotações, levando-se em consideração falta de higiene, médicos, saúde, violação da dignidade da pessoa humana, e, ainda um altíssimo índice de reincidência, que revela estado deplorável do sistema prisional e o quanto esse sistema é falho. Essa violação aos direitos fundamentais das pessoas encarceradas vem ocorrendo de longa data, sem que os governantes implementem praticamente nem uma política pública para que haja a reversão desse quadro, de modo que a situação ultrajante dos presídios tem se perpetuado no tempo em um verdadeiro estado de coisas inconstitucional.

**Palavras-chave:** Encarceramento. Dignidade humana. Estado de Coisas Inconstitucional. Sistema prisional brasileiro.

# LEGÍTIMA DEFESA ARMADA: ASPECTOS RELEVANTES NA ATUAÇÃO DA LEGÍTIMA DEFESA MEDIANTE USO DE ARMAS DE FOGO

*Acadêmico (a): Franciele Veزارo Paula*

*Orientador (a): Dr. Mateus da Jornada Fortes*

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. Por conseguinte, a delimitação do tema trata-se de aspectos relevantes na atuação da legítima defesa mediante o uso de armas de fogo. Para tanto, a referida tese objetiva realizar um estudo acerca dos principais aspectos que fundamentam o direito do cidadão comum no exercício da legítima defesa armada individual como forma de proteção autônoma legalizada, tanto de si quanto de sua família. Dessa forma, tal pesquisa tem como problemática, a seguinte questão norteadora: O exercício constitucional, na atuação da legítima defesa, mediante uso de armas de fogo, denota-se dispensável em face à segurança policial garantida pelo Estado? Nesse sentido, utilizou-se de metodologia baseada no método indutivo de abordagem, desenvolvida pelo método monográfico. Traz como resultado o diagnóstico que comprova, historicamente, o direito natural à legítima defesa intrínseca a todos os seres humanos, bem como expõe a inepta estrutura desenvolvida pelo Estado, repleta de falibilidades internas em paralelo à imposição de um Estatuto rígido de armas que, conseqüentemente, propicia insegurança pública, vulnerabilizando somente cidadãos desarmados. Portanto, a pesquisa abrange reflexão acerca da possibilidade dos indivíduos utilizarem legítima defesa armada, com armas de fogo devidamente legalizadas, de acordo com a legislação vigente. Para isso, tem-se, como base, o raciocínio de que se o próprio Governo Federal admite que não há como garantir a efetividade da segurança pública em toda a extensão territorial brasileira, logo, não há que se falar na hipótese de restrição ou proibição absoluta de acesso ao armamento civil. Assim, leva-se em consideração que o instrumento bélico atua como meio garantidor defensivo mais eficiente à disposição daqueles que optarem por sua utilização.

**Palavras-chave:** Legítima defesa. Armas de fogo. Segurança pública. Direito natural.

# PRINCÍPIO DA SOBERANIA DE VEREDITOS NO TRIBUNAL DO JÚRI COMO FENÔMENO QUE PODE PROPORCIONAR JULGAMENTO CONTRÁRIO AOS DEMAIS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

*Acadêmico (a): Gabrel Ternes dos Santos*  
*Orientador (a): Alejandro César Rayo Werlang*

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema é o princípio da soberania de vereditos no tribunal do júri como fenômeno que pode proporcionar julgamento contrário aos demais direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Isso, porque o instituto do júri está presente no ordenamento jurídico brasileiro há anos como meio de garantir participação popular e democrática. No entanto, por haver poucas alterações no decorrer do tempo em relação à sua eficácia, essa é a razão pela qual se mostra pertinente o estudo. Para tanto, o presente trabalho tem como objetivo buscar origens e essência do tribunal do júri, com fim de elucidar seu surgimento e sua finalidade dos tempos remotos ao atual. Para isso, compara-se à evolução constitucional do júri em variados países modelos e, ao fim, as mudanças constitucionais brasileiras. Os moldes do tribunal do júri atual apresentam riscos ao fim que a própria instituição se propõe. O princípio da soberania dos veredictos e sigilo das votações permitem julgamentos em desacordo às garantias básicas do acusado. Destarte, é necessária reformulação na instituição do tribunal do júri, com o intento de recuperar sua função democrática e ideal de julgamento do povo.

**Palavras-chave:** Júri. Tribunal. Princípios Constitucionais. Julgamento. Soberania dos Veredictos.

# SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E DILEMA DA REINserÇÃO SOCIAL

*Acadêmico (a): Gidião dos Santos Gome*

*Orientador (a): Renata Egert*

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Perspectivas inovadoras de um direito criminal contemporâneo. A delimitação do tema é o sistema prisional brasileiro e o dilema da reinserção social. Para tanto, o presente trabalho tem como objetivo realizar levantamento do aspecto histórico, a fim de investigar sobre a origem da pena, sua função e sua finalidade, observando assuntos e dados referentes à reincidência e à execução da pena em âmbito nacional, propondo-se, por fim, analisar maneiras mais adequadas e formas que efetivamente garantam a reinserção social dos apenados. A problemática em questão, parte da seguinte questão norteadora: É possível afirmar que o sistema prisional brasileiro consegue efetivamente fornecer meios para que os apenados consigam se ressocializar e ser reinseridos novamente na sociedade? Nesse sentido, utilizou-se metodologia baseada no método indutivo de abordagem, desenvolvida pelo método monográfico. Traz como resultado, o diagnóstico de um sistema carcerário, a fim de pesquisar sobre a inefetividade das penas privativas de liberdade quanto ao seu caráter e à sua finalidade ressocializadora, além de os mais novos métodos utilizados para cumprimento de pena: as PACs e se e por quais motivos esse novo método consegue diminuir taxas de reincidência dos ex-presos e se ela consegue cumprir com o objetivo da Lei de Execução Penal quando se refere à ressocialização.

**Palavras-chave:** Prisão. Execução Penal. Reincidência. Sanção. Penal.

**POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS ATÍPICAS PREVISTAS  
NO ARTIGO 139, INCISO IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DE  
ACORDO COM A DOCTRINA E A JURISPRUDÊNCIA, NO  
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA**

*Acadêmico (a): Giovanni Anzolin Boeira  
Orientador (a): Prof. Mateus da Jornada Fortes*

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Processual Civil e Efetividade da Jurisdição. A delimitação do tema é possibilidade de aplicação de medidas atípicas previstas no artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, de acordo com a doutrina e a jurisprudência, no cumprimento de sentença e execução por quantia certa, uma vez que essa fase processual se tornou o gargalo do Poder Judiciário, em razão da pouca efetividade do rito processual, motivo pelo qual há necessidade de se verificar meios que possam solucionar essa situação. O presente trabalho tem como objetivo realizar abordagem inicial sobre princípios norteadores dos processos de execução; após, analisar qual o procedimento tipificado no códex processualista; e; por fim; verificar a possibilidade de aplicação, segundo o entendimento da doutrina, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do Superior Tribunal de Justiça, de medidas executivas atípicas, conforme preconiza o artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, em processos de execução por quantia certa de títulos judiciais e extrajudiciais. A problemática do presente trabalho possui como questão norteadora: Embora o Código de Processo Civil traga diversas medidas típicas para procedimentos por execução por quantia certa (título judicial e extrajudicial), há possibilidade, segundo o entendimento da doutrina, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do Superior Tribunal de Justiça, de aplicação, pelo magistrado, de medidas coercitivas atípicas nas ações executivas? Nesse sentido, utilizou-se de metodologia baseada no método indutivo de abordagem, desenvolvida pelo método monográfico. O resultado do estudo demonstrou que, embora tramite, perante o Supremo Tribunal Federal, a ADI nº 5.940, que visa à declaração de inconstitucionalidade do artigo 139, inciso IV, do CPC, quando utilizado como fundamento para aplicar certas medidas atípicas, a doutrina de forma majoritária é favorável à aplicação delas, desde que respeitados alguns critérios e requisitos prévios. Já o Tribunal de Justiça gaúcho possui a grande maioria dos seus julgados pela não aplicação no caso concreto do princípio da atipicidade dos meios executivos, mesmo admitindo, em grande parte desses casos, que há possibilidade de aplicá-las, enquanto o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pelo deferimento das medidas atípicas, desde que obedecidos critérios estipulados pela própria corte.

**Palavras-chaves:** Processo Civil. Execução. Quantia certa. Efetividade. Medidas atípicas. Aplicabilidade.

# CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL E ALTERNATIVAS AO SEU COMBATE

*Acadêmico (a): Jaíne Andreatto da Rosa*

*Orientador (a): Gustavo Buzatto*

O presente trabalho, destinado à conclusão do curso de graduação em Direito da Universidade Regional Integrada de Frederico Westphalen/RS, intitulado “O crime organizado transnacional e as alternativas ao seu combate”, propõe-se a analisar a atuação das forças de segurança no sentido de combater o crime organizado. Para tanto, primeiramente, abordar-se-ão conceituação, espécies, evolução histórica no mundo e demais questões importantes acerca do crime organizado transnacional. Nesse sentido, analisar-se-ão meios de investigação existentes no ordenamento jurídico brasileiro para coibir o crime organizado transnacional, bem como meios de trabalho utilizados pelas forças de segurança nacional. Por fim, examinar-se-ão métodos utilizados pelo Estado brasileiro, através de seu sistema de segurança pública, para prevenção e repressão do crime organizado no Brasil. Trata-se da evolução histórica das legislações pátrias, concernentes ao crime organizado, apurando características penais e processuais que foram construídas ao longo dos anos para se chegar aos institutos penais hoje vigentes.

**Palavras-chave:** Crime organizado transnacional. Segurança. Organização criminosa. Ordenamento Jurídico.

## MEDIAÇÃO COMO MEIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

*Acadêmico (a): Juares Soares Martins*

*Orientador (a): Prof<sup>ª</sup>. Ma. Renata Egert*

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema foi pautada em aspectos da mediação como meio de resolução de conflitos, mediação atuando como meio consensual subsidiário à jurisdição: abordagens quanto aos meios alternativos de resolução consensual de conflitos, negociação, conciliação e arbitragem, apontando diferenças ao meio consensual da mediação. O trabalho monográfico possibilitou análise de conflitos submetidos à jurisdição e sua resolução advinda do mecanismo da mediação, apontando o mecanismo da mediação como meio célere e econômico frente ao sistema processual formal. Para tanto, verificou-se que os meios autocompositivos, em especial a mediação, mesmo sendo meio consensual novo no nosso ordenamento jurídico, pode auxiliar nas resoluções de conflitos submetidos à jurisdição. Portanto, o presente trabalho monográfico tem como objetivo verificar o mecanismo da mediação como meio eficiente, célere e econômico nas resoluções de conflitos. Também, apontar a mediação como meio alternativo e subsidiário à jurisdição, nas resoluções de controvérsias, objetivando a mediação a ser usada nos diversos ramos do Direito. Do presente trabalho, abstraem-se problemática e questão norteadora: Devido a sobrecarga de demandas submetidas ao sistema processual formal, observando que os processos submetidos à jurisdição têm resoluções burocráticas e morosas, o sistema deve aportar novos meios de resolução desses conflitos, colocando à disposição da sociedade meios mais céleres e econômicos, possibilitando melhor acesso à justiça aos desiguais? Nesse sentido, utilizou-se metodologia baseada no método indutivo de abordagem, desenvolvida pelo método monográfico. Elenca-se como resultado do trabalho: possibilidade do mecanismo da mediação atuar nas resoluções dos conflitos junto à jurisdição de forma célere; traz economicidade à jurisdição estatal e às partes; traz a mediação como importante meio de solução de controvérsias, podendo ser submetida sob a forma judicial e extrajudicial, quando empreendida em conflitos judiciais que provocam solução rápida, desafogando a jurisdição.

**Palavras-Chave:** Conflitos. Meios consensuais de resolução de conflitos. Jurisdição Estatal. Resoluções céleres.

# DIGNIDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS SERES NÃO HUMANOS: POSICIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO SOBRE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS COMO SERES SENCIENTES

*Acadêmico (a): Juliana Käffer Garighan*

*Orientador (a): Prof. Me. Gustavo Buzatto*

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar a evolução histórica dos animais perante a humanidade, abordando dignidade e direitos fundamentais dos animais não humanos sencientes; verificar o ponto de vista do posicionamento do poder judiciário sobre o tema; demonstrar perspectivas históricas da relação do homem com o animal; buscar desvincular ideias antropocêntricas que eram existentes nos primórdios, mas que ainda se encontram presentes na atualidade; versar acerca das inúmeras formas de maus tratos praticados pelo homem contra a raça animal; e apresentar conceitos sobre dignidade dos animais e sua condição como sujeitos possuidores de direitos, por deterem a capacidade de serem considerados seres passíveis da senciência. Ao longo da pesquisa, demonstrar-se-á quão importante é o reconhecimento dos animais como seres dignos e o valor de serem atribuídos direitos fundamentais para que possam, além da espécie humana, também obter seus direitos básicos, protegendo-os, dessa forma, contra qualquer tipo de violação, o que é de suma importância para o reconhecimento de sua senciência perante a legislação. Com base na análise jurisprudencial e nas novas leis que dispõem sobre a natureza jurídica dos animais, foi verificado que o poder judiciário efetiva direitos prescritos no ordenamento jurídico, sendo instituída a eles a proteção como seres não humanos sencientes, capazes de sentir, reconhecendo-se sua condição de sujeito de direito pela legislação brasileira e pela sociedade, pois são seres suscetíveis de vulnerabilidade.

**Palavras-chave:** Animais. Dignidade. Direitos fundamentais. Senciência. Direito dos animais.

# ABANDONO AFETIVO: AFETO, PATERNIDADE E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

*Acadêmico (a): Kelli Vanni Henriques*

*Orientador (a): Ma. Aline Ferrari Caeran*

Este estudo localiza-se no Direito de Família. Tem como objetivo analisar os impactos causados na construção identitária do indivíduo a partir do abandono afetivo paterno-filial enquanto omissão do genitor no cumprimento de seus encargos afetivos diante do filho. Nesse sentido, procuramos evidenciar relações paternofiliais sob a ótica da família e do abandono afetivo dos pais, observando como se dá a construção identitária de crianças e adolescentes nessa situação e quais os princípios que norteiam sua formação e desenvolvimento. Verificamos, por fim, impactos negativos causados na construção da identidade dos filhos diante do abandono afetivo e de que forma essas consequências estão atreladas a todas as áreas, pessoal, profissional, familiar e afetiva, o que interfere e influencia na trajetória de vida dos filhos. Esse estudo é qualitativo, contando com metodologia baseada no método indutivo de abordagem, desenvolvida pelo método monográfico, amparada na literatura proposta por doutrinadores contemporâneos. Ao final dessa análise, é possível compreender que o ser humano detém sua formação a partir daquilo que viu, ouviu ou sentiu durante sua vida, sendo fundamental para o desenvolvimento pessoal e para sua construção identitária, o convívio direto com seus genitores. A vivência familiar torna-se indispensável enquanto função básica de existência, destacando-se que o provimento paterno não é apenas de ordem material, mas imaterial, considerando subjetividades, sentimentos e valorização das construções pessoais dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Abandono afetivo. Relação paterno-filial. Construção Identitária.

# RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DO STJ

*Acadêmico (a): Leonardo Lopes Tirloni*

*Orientador (a): Sergio Manoel Vieira*

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa perspectivas inovadoras de um direito empresarial contemporâneo. Tem como delimitação do tema abordado o estudo da viabilidade da postulação da recuperação judicial do produtor rural pessoa física, através dos requisitos da Lei 11.101 de 2005. Para tanto, o presente instrumento tem como objetivo geral analisar o procedimento da recuperação judicial. Possui como princípios específicos: verificar evolução histórica da Lei de Recuperação Judicial e Falência do Direito Falimentar no Brasil; conceito de Recuperação Judicial; elementos característicos da empresa em crise; condições e requisitos do pedido de Recuperação Judicial; órgãos competentes da Recuperação Judicial; assembleia de credores; conceito de administrador judicial, bem como o comitê; apontar o conceito de produtor rural e a legitimidade do pedido de Recuperação Judicial do Produtor Rural pessoa física; e, por fim, analisar o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça frente à regularização do pedido de recuperação judicial do produtor rural pessoa física. Tem como problemática norteadora a seguinte questão: Qual o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre recuperação judicial do produtor rural pessoa física? Nesse sentido, utilizou-se de metodologia baseada no método dedutivo, que se baseia em argumentos gerais para se buscar pensamentos específicos de abordagem, desenvolvida pelo método monográfico. Traz como resultado o diagnóstico dessa problemática, sob a ótica do Superior Tribunal de Justiça, da legislação e de renomados doutrinadores para o Direito Empresarial.

**Palavras-chave:** Produto rural. Jurisprudência. Direito Empresarial.

# CONTROVÉRSIAS JURISPRUDENCIAIS ACERCA DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – LOAS

*Acadêmico (a): Lucas Schünemann Trapp*

*Orientador (a): Prof. André Rodrigues*

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema possui algumas controvérsias na jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região acerca dos requisitos do Benefício de Prestação Continuada – LOAS, visto que essas controvérsias geram flexibilização no entendimento a respeito dos requisitos necessários para a concessão do benefício citado, culminando diferentes desfechos em casos semelhantes. Para tanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução histórica do Direito Previdenciário, bem como os princípios do Direito Previdenciário. Estudar o Regime Geral de Previdência Social, os beneficiários desse regime, assim como os principais benefícios e serviços a eles assegurados. Além de tratar de o benefício de prestação continuada – LOAS, os requisitos previstos em lei bem como as controvérsias jurisprudenciais no Tribunal Regional Federal da 4ª Região quanto às condições exigidas para a sua concessão. Nesse sentido, utilizou-se de metodologia baseada no método dedutivo de abordagem, desenvolvida pelo método monográfico. Como resultado, constatou-se que há controvérsias com relação aos requisitos para a concessão do Benefício de Prestação Continuada - LOAS, pois é feita uma interpretação da lei para cada caso concreto, de forma a assegurar o benefício para maior quantidade possível de indivíduos. Apesar das lacunas legais, há a possibilidade de que o judiciário brasileiro, por meio de análises em casos concretos, examine os requisitos caso a caso. Tais entendimentos vão diretamente de encontro ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, pois não se pode falar em dignidade, sem que haja o mínimo existencial para sobrevivência.

**Palavras-chave:** Regime Geral. Benefícios. Requisitos. Benefício de prestação Continuada-LOAS. Jurisprudências.

# PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E SUA (IN) APLICABILIDADE EM CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Acadêmico (a): Lucas Secco*

*Orientador (a): Prof. Tiago Galli*

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa perspectivas inovadoras de um direito criminal contemporâneo, tendo como delimitação do tema abordado a aplicabilidade do princípio da insignificância em crimes contra a administração pública. Para tanto, o presente instrumento tem como objetivo geral verificar se o princípio da insignificância possui aplicabilidade perante crimes contra a Administração Pública e quais são as balizas referentes a essa aplicação. Possui como objetivos específicos: analisar aspectos gerais acerca dos princípios existentes e aplicáveis no Direito Penal brasileiro, que atuam como base para intervenção ou não do Estatuto Repressivo; verificar o aspecto histórico do princípio da insignificância, bem como seu conceito e aplicação forjados pela doutrina e jurisprudência; demonstrar se o princípio da insignificância possui ou não aplicabilidade em crimes contra a administração pública, no que tange aos delitos meramente patrimoniais, bem como os que causam efetivo prejuízo à moralidade pública e caso aplicáveis serão apresentadas condições limitadoras acerca da aplicação do referido princípio perante esses crimes. A problemática consiste em: O princípio da insignificância pode ser aplicado aos crimes contra a administração pública? Nessa perspectiva, far-se-á uso do método dedutivo que se baseia em argumentos gerais para buscar pensamentos específicos de abordagem desenvolvida pelo método monográfico. Traz-se como resultado o diagnóstico dessa problemática, sob a ótica da doutrina e da jurisprudência sedimentadas no tocante ao Direito Criminal.

**Palavras-chave:** Princípio da Insignificância. Crimes contra a Administração Pública. Doutrina. Jurisprudência

# ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DA PERMISSÃO LEGAL DA ENTREGA VOLUNTÁRIA DO FILHO À ADOÇÃO

*Acadêmico (a): Marceli Figueiredo*

*Orientador (a): Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes*

Este trabalho foi desenvolvido para promover análise da previsão legal de entrega voluntária do filho para a adoção. Os objetivos que se buscou alcançar foram: verificar as regras contidas na legislação brasileira com relação à realização da adoção e da destituição do poder familiar; observar quando se considera que a criança está em situação de abandono e como é realizado o acolhimento institucional no Brasil; examinar as normas para que se possa realizar a entrega voluntária do filho à adoção, e se essa entrega poderá ser considerada como a melhor alternativa para se promover o bem-estar do menor. O problema de pesquisa apresentou a seguinte questão: “De acordo com as previsões contidas na legislação brasileira, quais os pressupostos fáticos e legais para que os pais possam realizar a entrega voluntária do filho à adoção, sem que tal ato possa ser considerado como abandono?”. Concluiu-se que a realização de entrega voluntária do filho para a adoção não será considerada como uma forma de abandono. Visto que a criança não ficará desamparada nem exposta a qualquer situação de risco. No entanto, será entregue ao Estado para que realize a sua colocação em uma família substituta, que deseja ter filho e tenha condições de cuidar. Algo que se tentou fazer, no desenvolvimento desse trabalho, foi buscar informações científicas para desmistificar a ideia de amor materno inato e incondicional, se dissipar o preconceito que se tem com relação à entrega voluntária do filho para a adoção e com a mulher que realiza a entrega. Abrir não de um filho para que ele seja adotado não deve ser visto como ato de abandono, mas de amor e uma difícil decisão a ser tomada pela mãe em benefício do filho.

**Palavras-chave:** Adoção. Entrega voluntária. Convívio familiar. Abandono.

# PAMPRINCIPIOLOGISMO NO CENÁRIO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

*Acadêmico (a): Maria Emilia Szatkoski Menegatti*

*Orientador (a): Alejandro César Rayo Werlang*

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema é pamprinciologismo no cenário constitucional brasileiro. Para possibilitar essa análise são consideradas questões básicas do direito constitucional, como a evolução do jusnaturalismo ao juspositivismo e ao pós-positivismo, além de conceitos como constitucionalismo e neoconstitucionalismo, assim como uma investigação sobre os princípios em si. Após, é feito um exame acerca das formas como atua o Supremo Tribunal Federal, protetor da Constituição Federal, sendo que, por fim, o pamprinciologismo em si é analisado, verificando-se como os pseudoprincípios surgem em meio à indeterminação do direito, como forma de discricionariedade e, também, a forma como são vistos nos tribunais brasileiros. O trabalho tem como problemática a seguinte questão norteadora: Quais as consequências de criação e utilização de princípios sem normatividade pelos tribunais brasileiros, como forma de fundamentar decisões judiciais, fenômeno denominado pamprinciologismo, no cenário jurídico brasileiro, diante da Constituição Federal e da Suprema Corte? Dessa forma, utilizou-se de metodologia baseada no método dedutivo, com argumentos gerais para buscar pensamentos específicos, desenvolvida pelo método monográfico, através de pesquisa indireta. Como resultado possível, verificar decisões de diversos tribunais que se utilizaram de pseudoprincípios como fundamentação, bem como problemas gerados por essa prática, que contraria princípios constitucionais.

**Palavras-chave:** Pamprinciologismo; Direito Constitucional; Discricionariedade Judicial.

## DEPOIMENTO SEM DANO

*Acadêmico (a): Maria Isabel Ceratti de Freitas*

*Orientador (a): Daniel Pulcherio Fensteiseifer*

O presente trabalho propõe-se analisar o método depoimento sem dano que visa realizar a inquirição de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de algum crime penal, especialmente na elucidação de crimes sexuais, notadamente o abuso sexual sofrido no âmbito familiar. Nesse caso dificilmente há testemunhas dos fatos, sendo apenas o agressor e a vítima que sabem como se deram os fatos, essa tendo grandes chances de poder esquecer-se ou ter suas memórias manipuladas, até mesmo pelo passar do tempo. O método depoimento sem dano foi criado com a intenção de evitar a revitimização de crianças e adolescentes na realização de sua oitiva, sendo elaborado através de abordagem que atende as peculiaridades desses infante-juvenis. A inquirição da vítima ocorre em ambiente confortável, acolhedor e totalmente diverso da sala de audiência tradicional, na presença de profissional preparado e qualificado para sua escuta, capaz de dialogar com a vítima de forma com que a faça sentir-se mais confiante para relatar os fatos ocorridos. Assim, resguardando-os de possíveis danos psicológicos em decorrência de se ter que lembrar e contar os fatos que aconteceram. A audiência será realizada em uma sala projetada especialmente para a inquirição de crianças e adolescentes, realizada por assistente social ou psicólogo treinado e com conhecimentos nos fatos. Em outra sala (na qual ocorrem as audiências tradicionais) estarão Juiz, Promotor de Justiça, advogado de defesa e acusado que assistirão à audiência transmita em tempo real para uma TV. O técnico que irá realizar as perguntas para a vítima terá um ponto onde escutará as perguntas feitas pelas partes da outra sala e repassará, de forma menos direta, para a criança, possibilitando respostas mais amplas e mais detalhadas sobre os fatos que aconteceram. Tem grande importância a técnica depoimento sem dano como um método de inquirição das vítimas menores de idade na produção de provas no processo criminal, facilitando a tomada de depoimento nessas situações, não deixando de respeitar os princípios processuais. O método do depoimento sem dano, ou também chamado de depoimento especial, tem como finalidade proteger a vítima ou a testemunha infante-juvenil de violência sexual de sofrer novas situações dolorosas e constrangedoras que poderiam ocorrer durante a realização de uma inquirição no método de audiência tradicional em que a vítima se senta em frente ao Juiz e ao seu redor está o advogado de defesa, o acusado e o Promotor de Justiça, o que dificulta o relato e coloca a vítima sobre pressão, fazendo-se com que pudesse sentir até mesmo constrangida e envergonhada de relatar detalhes de suas parte íntimas para pessoas desconhecidas. Portanto, o método depoimento sem dano, criado com a intenção de melhor inquirir crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas, contribui para elucidação de crimes sexuais em processos criminais, fazendo com que o magistrado possa decidir de forma mais justa e com maior brevidade, fazendo com que o processo não se estenda por muitos anos. Assim, cabe salientar que o método depoimento sem dano, além de ser inovador no sistema judicial, merece sempre aperfeiçoamento, buscando-se melhor atender às necessidades dos infante-juvenis para serem ouvidos em processos criminais.

**Palavras-chaves:** Depoimento sem dano. Criança e adolescente. Revitimização. Abuso sexual.

# VISÃO DE DENTRO PARA FORA DAS GRADES: ABALO PSICOLÓGICO VIVENCIADO POR APENADOS COM O VIÉS DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL NA REALIDADE CARCERÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO EX-DETENTO

*Acadêmico (a): Maria Luiza Säul*

*Orientador (a): Renata Egert*

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Perspectivas Inovadoras de Um Direito Criminal Contemporâneo. A delimitação do tema é o sistema carcerário brasileiro, com ênfase na realidade vivida dentro dos presídios por apenados e seu reflexo após o cumprimento da pena privativa de liberdade e assistência do Estado, conforme previsto na Lei de Execução Penal, razão pela qual, viu-se a necessidade de estudar aspectos que envolvem essa temática. Para tanto, o presente trabalho tem como objetivo enfatizar a necessidade de o estado conhecer a realidade contida dentro e “pós fora” de presídios brasileiros, para que, assim, possa ser aplicada de forma adequada a Lei de Execução Penal, para levar em consideração o abalo psicológico causado tanto no detento quanto em sua família, presando por sua ressocialização. Tem como problemática a seguinte questão orientadora: o abalo psicológico causado no apenado e, conseqüentemente, em pessoas que englobam seu ciclo social, que acompanham acidamente o cumprimento da pena e sua realidade ao lado de trás das grades. Será que tal ponto está sendo valorado em nosso âmbito jurídico brasileiro e devidamente amparado pela LEP? Nesse sentido, utilizou-se metodologia baseada no método indutivo de abordagem, desenvolvido pelo método monográfico. Traz como resultado uma forma mais ampla e aplicável, para que seja instalado um projeto político, criado por juristas, no que diz respeito à LEP, sendo que não se pode deixar de citar a extrema necessidade de uma reforma no Direito Penal, para assim alcançar a tão almejada ressocialização do indivíduo ex-detento.

**Palavras-chave:** apenados, cárcere, sistema prisional, LEP, ressocialização.

ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DA PERMISSÃO LEGAL DA  
ENTREGA VOLUNTÁRIA DO FILHO À RESPONSABILIDADE  
SANCIONATÓRIA DOS AGENTES PÚBLICOS POR ATOS PRATICADOS  
NO CONTEXTO DA PANDEMIA EM DECORRÊNCIA DE ERRO  
GROSSEIRO

*Acadêmico (a): Mariana Silva Dos Santos*

*Orientador (a): Prof. César Luís Pinheiro*

A pandemia da Covid-19 representa um desafio para as sociedades. A doença é rapidamente transmissível, o que significa elevado número de doentes e de óbitos em um curto período, o que constitui risco para o colapso dos sistemas de saúde. A prevalência da epidemia ainda tem impactos na economia, afetando a população mais vulnerável. Tal panorama impõe aos agentes públicos, sobretudo os governantes, a tarefa de escolher um curso de ação para o controle da epidemia em contexto de incertezas e de alta complexidade. O presente trabalho busca estabelecer balizas na interpretação do erro grosseiro, elemento necessário para caracterização da responsabilidade de agentes públicos na aplicação de sanções no contexto da pandemia da Covid-19. Para atingir tal objetivo, utilizou-se o método dedutivo, a partir da análise da legislação, da doutrina e da jurisprudência. Conclui-se que há erro grosseiro quando o agente ignora elementos acessíveis à época da decisão, que poderiam afirmar, com segurança, que a escolha do agente público, dentre as opções viáveis, resultaria em danos evitáveis. A esfera de governo e a função desempenhada pelo agente interferem na análise do caso concreto. É imprescindível que o conhecimento científico produzido seja utilizado para nortear ações governamentais. Na hipótese de incerteza e de possibilidade de graves danos, o erro grosseiro se manifesta quando há nítida discrepância entre o risco de dano, de modo a evidenciar violação acentuada ao princípio da proporcionalidade ou ainda quando a conduta do agente público não é precedida de ampla transparência, comunicação e participação da sociedade.

**Palavras-chave:** pandemia. Covid-19. Controle. Responsabilização. Erro grosseiro. Agentes público. Direito administrativo.

# MÍNIMO EXISTENCIAL E RESERVA DO POSSÍVEL: CHOQUE ENTRE DIREITOS DO APENADO E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO ESTADO

*Acadêmico (a): Marlise Nunes de Oliveira*

*Orientador (a): Prof. Cezar Luís Pinheiro*

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido para estudar o mínimo existencial e a reserva do possível e o que fazer quando ocorre um choque entre os direitos fundamentais do condenado e a insuficiência de recursos por parte do Estado. Os objetivos formulados no desenvolvimento do projeto foram: examinar o aspecto histórico do conceito de delito, pena, aprisionamento e sua evolução ao longo dos anos; analisar direitos fundamentais e garantias constitucionais de pessoas presas, em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana e demais direitos humanos; verificar soluções apresentadas pela doutrina para os casos em que a insuficiência de recursos financeiros é alegada como argumento para não se realizar a implementação do mínimo existencial. O problema de pesquisa questionou: “o que deve ser feito quando o Estado alega não ter recursos para realizar melhorias necessárias no sistema prisional para que os direitos dos apenados sejam efetivamente cumpridos?”. Concluiu-se que, em casos excepcionais, a reserva do possível pode ser alegada como justificativa, até mesmo para a supressão de direitos considerados como integrantes do mínimo existencial. No entanto, isso não deve ser usado frequentemente com desculpa para se promover a não implementação de alguns direitos, ainda mais que em se tratando do sistema prisional. O oferecimento de melhores condições ao apenado consiste em algo que não gera interesse da sociedade nem de políticos. Em 2015, ao realizar o julgamento da ADPF 347- DF do STF determinou que os recursos do Fundo Penitenciário Nacional poderiam ser utilizados para realizar melhorias no sistema prisional.

**Palavras- chave:** Sistema prisional. Mínimo existencial. Reserva do possível. Dignidade da pessoa humana.

## DANO EXISTENCIAL NA RELAÇÃO DE EMPREGO

*Acadêmico (a): Matheus André Werner Elsenbach*

*Orientador (a): Prof. Me. André Rodrigues*

O presente trabalho insere-se na linha de pesquisa Direito e Cidadania. A delimitação do tema abordado diz respeito à caracterização do Dano Existencial nas relações de emprego. Foi desenvolvido para estudar essa nova forma de dano, que se originou no Direito Italiano e foi recentemente adotado pela jurisprudência e pela doutrina brasileira. Comumente apresenta certa dificuldade na caracterização, incongruências nas decisões e confusão desse e outros institutos, a citar, o dano moral. O trabalho teve como objetivo verificar o dano existencial na relação de emprego; analisar o princípio da dignidade da pessoa humana, bem como, os princípios norteadores do Direito do Trabalho; estudar o instituto do dano existencial, tipos de danos decorrentes da responsabilidade civil e formas de reparação dos danos em matéria de responsabilidade civil; por fim, verificar o instituto e suas formas na relação de emprego, bem como as decisões proferidas pelo Tribunal Regional da 4ª Região e do Tribunal Superior do Trabalho. Teve como método de abordagem o método dedutivo; método de pesquisa a indireta (bibliográfica) e empírica (jurisprudencial); como método de procedimento, o monográfico. Através de pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais pode-se trazer o resultado de que o Dano Existencial é bastante conhecido pela doutrina. Porém, para a jurisprudência ainda existem pontos obscuros para sua caracterização. Além dos elementos da responsabilidade civil, para caracterizar o Dano Existencial, deve-se efetivamente comprovar a lesão ao projeto de vida do indivíduo ou às suas relações de vida.

**Palavras-chave:** Dano. Existencial. Responsabilidade. Reparação.

# CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DO PERFIL CRIMINAL NA COMARCA DE FREDERICO WESTPHALEN/RS

*Acadêmico (a): Matheus De Cezaro Luza*

*Orientador (a): Prof. Dr. Daniel Pulcherio Fensterseifer*

O presente trabalho se propõe a problematizar, por intermédio de pesquisa descritiva, quantitativa e qualitativa, os crimes contra a administração pública no contexto da comarca de Frederico Westphalen/RS. Através de pesquisa documental, bibliográfica e jurisprudencial, foram abordados conceitos dos crimes discutidos, de seus agentes, bem como formada base de dados com processos reais, utilizando-se gráficos e tabelas para melhor ilustrar os dados coletados. Dentre os crimes de maior incidência, foram analisados os entendimentos dos grandes tribunais do país – STF e STJ – acerca da sua compreensão jurisprudencial, bem como o posicionamento doutrinário que engloba as condutas criminosas. Por fim, foram apresentadas soluções para diminuir a ocorrência dos tipos, baseadas em comunicação não violenta, cultura da paz e mais investimentos em educação.

**Palavras-chave:** Administração Pública. Criminalidade. Educação. Cultura.

## ADICIONAL DE 25% PARA APOSENTADOS QUE NECESSITAM DE CUIDADOS PERMANENTES

*Acadêmico (a): Rafael Cristiano Poncio*

*Orientador (a): Prof. Cesar Riboli*

O direito previdenciário é um dos ramos do direito mais buscados, pois o processo previdenciário, de certa forma, é um processo mais rápido, mais ágil. Também existem muitas dúvidas em relação ao direito previdenciário. Recentemente, teve a reforma da Previdência, através da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, em que muitas alterações foram introduzidas ao ramo do direito previdenciário. Nesse sentido, através da metodologia dedutiva, com base em pesquisa bibliográfica, buscou-se demonstrar origem e amparo legal da Previdência Social, bem como benefícios existentes na Lei 8213/91. Por se tratar de um direito social, garantido pela Constituição República Federativa do Brasil, de 1988, a Previdência Social visa a garantir aos seus segurados, que por algum motivo não possam realizar nem um tipo de trabalho remunerado, um valor mensal para que consigam garantir a sua subsistência. Portanto, será analisado o art.45 da Lei 8213/91, que trata do adicional de 25 por cento aos aposentados por invalidez, também conhecido como auxílio acompanhante ou grande invalidez. Após o estudo das modalidades de aposentadorias existentes no Brasil, realizou-se pesquisa jurisprudencial, a fim de demonstrar como os tribunais estão decidindo a respeito da extensão do adicional de 25 por cento a todos os segurados que, comprovadamente, necessitam de ajuda permanente de terceiro bem como qual argumento está sendo levado em consideração no momento de proferir uma decisão judicial. Lança-se mão do princípio da dignidade da pessoa humana e do princípio da isonomia para resolver conflitos que envolvem o tema referente à extensão do adicional de 25 por cento, concluindo ser possível estender o mesmo a todos os contribuintes que precisam desse auxílio.

**Palavras-chave:** Benefícios. Previdência Social. Adicional de 25 por cento. Dignidade da pessoa humana. Isonomia.

# EFEITOS JURÍDICOS DECORRENTES DA DUPLA PATERNIDADE NO REGISTRO CIVIL

*Acadêmico (a): Roberta do Amaral Longo*

*Orientador (a): Me. Maurício Zandoná*

Este estudo aborda os efeitos jurídicos decorrentes da dupla paternidade no registro civil, tendo como delimitação de tema implicações do reconhecimento da multiparentalidade e consequências advindas do direito de herança. Por meio de pesquisa qualitativa, embasada em revisão de literatura, com o estudo de doutrina, jurisprudência e legislação correlata, investigamos se o sujeito, com dupla paternidade reconhecida, tem direito de receber múltiplas heranças. A partir de transformações sociais e remodelações das entidades familiares, houve a necessidade de que a legislação também fizesse esse movimento, adequando-se aos anseios sociais e ao contexto atual. As decisões judiciais têm enfatizado o entendimento de que é direito do indivíduo relacionar-se às suas origens e também às suas relações de vínculos afetivos, reconhecendo tanto a importância da paternidade biológica quanto a socioafetiva, que deve ser inerente em qualquer relação entre pais e filhos. Resta demonstrar a possibilidade de concomitância da paternidade socioafetiva com a biológica, priorizando sempre o melhor interesse, para analisar a realidade em que o filho está inserido, suas relações interpessoais e contexto familiar para a tomada de decisão e aplicação da multiparentalidade. Diante do estudo desenvolvido, concluímos que a dupla paternidade vem sendo um dos caminhos trilhados no sentido das transformações sociais e jurídicas e que o reconhecimento da coexistência de ambas as paternidades é imperativo, não permitindo qualquer meio de distinção entre filhos. Em relação ao direito de herança, não existem obstáculos intransponíveis capazes de recusar tal possibilidade, sendo mais coeso e adequado que o filho tenha garantido, de acordo com a circunstância concreta, seu direito de participar das sucessões das quais é reconhecido, com base nos princípios do melhor interesse do menor, da afetividade, da igualdade entre os filhos e, principalmente, da dignidade da pessoa humana.

**Palavras-chave:** Dupla paternidade. Efeitos jurídicos. Direito de herança.

# REQUISITOS DA ABORDAGEM POLICIAL FRENTE À NOVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

*Acadêmico (a): Samuel Rigo*

*Orientador (a): Prof. Dr. Jean Mauro Menuzzi*

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Perspectivas inovadoras de um direito criminal contemporâneo. A delimitação do tema é quais os requisitos da abordagem feita por Policial Militar em pessoas diante da Lei 13.869/2019, razão pela qual se vê a necessidade de estudar os aspectos que envolvem essa temática contemporânea. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo verificar quais os requisitos necessários para abordagem policial feita por Polícia Militar em pessoas para que não se configure o crime de Abuso de Autoridade, observando-se questões que envolvem a garantia do princípio da dignidade humana e prevalência dos direitos humanos, em contraponto com o poder de Polícia de que dispõe o Estado, por meio de seus servidores. A situação problemática escolhida foi: Quais os requisitos da abordagem policial feita por Polícia Militar em pessoas para que não configure Abuso de Autoridade, diante da Lei 13.869/2019? Nesse sentido, utilizou-se de metodologia baseada no método dedutivo de abordagem. Assim, o presente trabalho parte da premissa de que a pessoa pode ser revistada a partir de requisitos processuais penais, somando-se a outra premissa em que a abordagem policial é um ato administrativo legal, realizado pelo Estado, através de seus servidores, visando ao bem estar e tranquilidade da coletividade, sem que afetem garantias e direitos fundamentais constitucionais do particular. Chegou-se à conclusão de que o poder Estatal se faz necessário para que o convívio em sociedade seja vivido de forma agradável e sem que haja aspectos desfavoráveis quanto ao cumprimento das normas legais vigentes, bem como sejam observadas as inovações legislativas em um contexto amplo a fim de produzir resultados positivos para todos os envolvidos.

**Palavras-Chave:** Polícia Militar. Dignidade humana. Direitos humanos. Poder de Polícia. Abuso de autoridade.

# JUSTIÇA CONSENSUAL NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO FRENTE À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

*Acadêmico (a): Thainá Dóro da Silva*

*Orientador (a): Alejandro Cesar Rayo Werlang*

O presente trabalho tem por objeto o estudo da justiça consensual no processo penal brasileiro, visando a demonstrar a aplicação no Brasil e analisar as já existentes, que são a suspensão condicional do processo, a transação penal e o acordo de não persecução penal. A justiça negociada é advinda do sistema da comum *law* e, aos poucos, foi se desenvolvendo no ordenamento jurídico brasileiro, com a finalidade de aplicação de uma pena sem o trâmite do devido processo legal. O objetivo do presente estudo é análise da justiça consensual no processo penal frente à Constituição Federal de 1988. A justiça negociada, na esfera criminal, visa à fixação e à aplicação de pena através de acordo, sem que exija todo o trâmite do processo criminal. A metodologia foi baseada em pesquisa bibliográfica, juntamente com o método dedutivo, que se baseia em argumentos gerais para buscar pensamentos específicos. Também, método de pesquisa como pesquisa indireta, utilizando doutrinas, legislação, livros, artigos, publicações, monografias, isto é, um estudo de fontes secundárias sobre o tema, com o objetivo de analisar como é a justiça penal consensual no ordenamento jurídico brasileiro. Concluiu-se que métodos alternativos, para solução de conflitos, são extremamente relevantes para processos ou litígios, pois fazem com que uma situação que perduraria longo período seja solucionada em curto período de tempo. No caso da justiça penal consensual, sua relevância é ainda maior, já que influencia diretamente na liberdade do acusado. Com a utilização de tais meios, o procedimento é concluído e a pessoa tem como manter sua vida normal, assim pode-se dizer, desde que cumpridos os requisitos do acordo efetuado.

**Palavras-chave:** Justiça Penal Consensual. Processo Penal. Constituição Federal.

# PUBLICAÇÃO E PROPAGAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS: FAKE NEWS E SEU IMPACTO EM ÉPOCA DE PANDEMIA

*Acadêmico (a): Thalita Moro*

*Orientador (a): Renata Egert*

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema é publicação e propagação de notícias falsas, ou, como se encontra mais popularmente definido pelo anglicismo, de *fake news* e seu impacto no cenário mundial de pandemia. Diante da análise da publicação e propagação de notícias falsas, as *fake news*, e seu impacto no cenário mundial de pandemia, pode-se dizer que o ordenamento jurídico brasileiro tem alicerces e ferramentas para coibir e responsabilizar a disseminação de notícias falsas. O ordenamento jurídico ainda não possui regras específicas e se aguarda a capacidade de nosso Poder Judiciário de dar respostas rápidas à proliferação de *fake news*, que se vale de mecanismos virais de replicação. Isso, sem dúvida, colocará à prova a capacidade de Magistrados de lidar com inúmeras demandas por tutelas de urgência que surgirão. A questão encontra-se, pois focada não em novas leis, mas na adequação técnica daquelas já existentes, atribuindo às ordens judiciais eficácia máxima, sem a qual o combate ao conteúdo ilícito, sem dúvida, haverá de fracassar. A questão encontra-se, pois, focada não em novas leis, mas na adequação técnica daquelas já existentes, atribuindo às ordens judiciais eficácia máxima, sem a qual o combate ao conteúdo ilícito sem dúvidas haverá de fracassar. Por fim, o tema a ser analisado é de suma importância, pois ainda atinge vítimas em situação de vulnerabilidade e doenças mentais, em um momento tão delicado de pandemia mundial, como vem ocorrendo no ano de 2020, com a propagação da Covid-19, que causou grande temor na população brasileira, deixando margem para que fossem veiculadas notícias falsas que causaram mais danos nas pessoas.

**Palavras-Chave:** COVID-19. PANEDMIA. FAKE NEWS Dignidade humana. Direitos humanos. Direito do Consumidor. Direito Civil. Direito Penal.

# INDEPENDÊNCIA E HARMONIA ENTRE OS PODERES: SISTEMA DE *CHECKS AND BALANCES* E ATIVISMO JUDICIAL

*Acadêmico (a): Vitor Alessio Manfio*

*Orientador (a): Gustavo Buzatto*

A separação dos poderes foi validada como princípio estruturante da ordem política institucional, na Constituição Federal de 1988. O último processo constituinte conferiu ao princípio o estado de “cláusula pétrea” por entendê-lo fundamental à efetivação do Estado Democrático de Direito. Contudo, o fato de esse princípio estar descrito no texto constitucional não impediu a concentração de poderes nas mãos de um poder em detrimento de outros. Isso, por vezes, certifica que nem a constitucional nem a lei estão aptas a administrar funções de cada poder por si só. Tais situações estimularam a elaboração do presente trabalho, que tem por objetivo estudar o princípio da separação dos poderes, seu surgimento no Estado Moderno e os seus idealizadores, buscando identificar o que seria o espírito das leis e como se dá o equilíbrio desse sistema por meio de freios e contrapesos, bem como qual é o limite de atuação do Poder Judiciário frente às suas decisões e à Constituição. Uma vez que se trata de um tema tão necessário quanto urgente, considerando-se as evidentes crise e tensão entre os poderes constituídos.

**Palavras-chave:** Separação dos Poderes. Constituição Federal. Ativismo Político. Poder Judiciário.

## JUSTIÇA TERAPÊUTICA E NOVA POLÍTICA DE DROGAS NO BRASIL

*Acadêmico (a): William de Paula de Souza*

*Orientador (a): Daniel Pulcherio Fensteiseifer*

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Aspectos Terapêuticos do Direito. A delimitação do tema é a adequação do Programa de Justiça Terapêutica com a nova Política de Drogas no Brasil, considerando a Justiça Terapêutica como uma alternativa ao processo penal tradicional aos indivíduos acusados de crimes relacionados ao uso de drogas. Assim, trazendo inúmeras possibilidades de mudanças para a questão das drogas e da criminalidade em nosso país. Para tanto, o presente trabalho tem objetivo de investigar a viabilidade da instituição do Programa de Justiça Terapêutica, diante da nova Política de Drogas. Isso, para procurar, inicialmente, conceituar e entender a amplitude da Justiça Terapêutica, os modelos desenvolvidos no país e as experiências internacionais realizadas. Dessa forma, aborda-se a nova Política Nacional sobre Drogas, propondo, por fim, verificar a viabilidade da implementação da Justiça Terapêutica no contexto da nova Política sobre Drogas brasileira. Desse modo, erige-se a seguinte questão norteadora: O Programa de Justiça Terapêutica tem espaço na nova Política de Drogas brasileira? Nesse sentido, utilizou-se de metodologia baseada no método dedutivo de abordagem, desenvolvida pelo método monográfico. Concluiu-se, a partir dos resultados obtidos, que há viabilidade de implementação do Programa Justiça Terapêutica, dentro do ordenamento jurídico brasileiro, sem que ocorra afronta a nova Política Nacional sobre Drogas, por meio dos recursos existentes, desde que o ente Estatal promova a destinação de recursos para as entidades de tratamento, acolhimento, recuperação, apoio, mútua ajuda e reinserção social, bem como garanta a devida fiscalização e capacitação profissional para esses estabelecimentos.

**Palavras-chave:** Justiça Terapêutica. Processo penal. Política sobre drogas. Brasil.

A presente edição foi composta pela URI, caracteres Californian FB.  
Formato PDF, em setembro de 2021.